

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória - ES.**

**A pluralidade religiosa; Relações educacionais em uma escola Laica.**

**Marcelo Moreira da Silva; Faculdade Unida de Vitória**

**Resumo:**

O Instituto Federal do Espírito Santo, *campus Colatina*, apresenta 640 alunos matriculados nos Cursos técnicos Integrados em Administração e Edificações, oriundos de vários municípios capixabas e mineiros, sendo predominante de zona urbana e uma pequena parcela da zona rural. Como professor de Sociologia e Geografia desta escola e lecionando há 20 anos em redes de ensino particulares e públicas, foi possível perceber que os alunos são de diversas correntes religiosas.

Pretende-se com a revisão bibliográfica sobre a temática, o intuito de fundamentar a argumentação teórica metodológica da pesquisa na qual se enquadra religião e esfera pública. Para sustentar a discussão será desenvolvido um trabalho de investigação para relacionar a religiosidade com a distribuição territorial dos núcleos religiosos no *campus* IFES Colatina.

Nos dias atuais, a religião não é mais imposta pela família como era até algum tempo. Nossos jovens sentem-se mais à vontade para experimentar diversas crenças e religiões. Grupos de alunos inseridos em religiões protestantes tradicionais, neopentecostais, grupos agnósticos, kardecistas, afro-brasileiras e católicos de linhas contemporâneas enfrentam dificuldades em expor suas opções religiosas no meio escolar. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa é descobrir: Qual a relação entre as correntes religiosas e a distribuição geográfica no município de Colatina?

## **Palavras-chave:**

**Escola, Laico, Pluralidade.**

## **O Estado**

A estrutura na urbanização do município impulsionou a formação de um mercado regional mais integrado e propiciou uma pluralidade na constituição de novas igrejas evangélicas neopentecostais e a afirmação de grupos religiosos afro-brasileiros.

Segundo Milton Santos (1993) *“a base econômica industrial ampliou o crescimento demográfico urbano em cidades médias e de grande porte.”*

A apropriação do espaço urbano é vista a partir de uma ótica financeira, em que o padrão mercadológico responde os questionamentos da presença social naquele determinado perímetro urbano, deixando lacunas nas especificidades de consolidação do pertencimento humano no Espaço Geográfico, fundamentalmente nos valores emocionais que são atribuídos aos ensinamentos religiosos oferecidos pelas famílias que iniciaram o povoamento na região.

O fortalecimento da democracia no Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988 estabeleceu uma abertura político-religiosa em que a condição de laicidade dinamizou os estudos sobre as religiões no país, o que, de fato, não permitiu um maior aprofundamento sobre as ocupações econômicas e territoriais destas correntes junto aos extratos sociais que aderiram aos novos templos e grupos religiosos.

O Brasil apresenta-se como uma nação com forte apelo religioso, sua pluralidade etno religiosa é confirmada em uma pesquisa realizada pelo Instituto Alemão Bertelsmann Stiftung que mostrou o Brasil na terceira posição, juntamente com Indonésia e Marrocos, em número de jovens religiosos. O País é formado por uma parcela significativa de jovens religiosos.

Como afirma Josineide Silveira de Oliveira (2012), pesquisadora do Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),

*Todo humano tem necessidade de encontrar um sagrado. As religiões são canais para se atingir esse objetivo. Embora não haja necessidade de aproximação de um canal, de rituais para chegar a esse sagrado, no qual ele confia ou acredita e que está próximo de um transcendente. Com o jovem não é diferente, porque o jovem está no sítio da condição humana.*

A sociedade capitalista insere-se nesta ótica estratificada, grupos religiosos foram colocados em zonas econômicas e sociais a partir do número de logradouros estabelecidos por eles, bairros, ruas e avenidas marcam territórios ditos como “Área de evangélicos ou rua do Candomblé” o que remete a uma pesquisa detalhada na composição deste grupo religioso e sua origem socioeconômica.

A prática docente em escola de nível médio de educação profissional, possibilita a percepção das várias inquietações pelas quais passam os alunos nessa fase da vida, lidando com mundo repleto de valores culturais e referenciais diversos que refletem em sua formação. Essas transformações sociais interferem significativamente em seu modo de ver e interpretar o mundo a sua volta. Não se pode ignorar a importância da religiosidade nesse momento de tomada de decisões, escolha de caminhos e formação de sua personalidade. Observa-se que parcela significativa dos alunos muitas vezes buscam o amparo da família, a participação em grupos de jovens, cursos de crisma, cultos de louvor e até mesmo estudo individual da bíblia, mesmo não sendo esta uma imposição da família.

Existem inúmeras formas para se efetivar a ocupação do Espaço Geográfico como paradigma educacional, como defendido pelo pensador Francês Edgar Morin, na sua teoria da epistemologia da complexidade. Nela os elementos da pesquisa são trabalhados de forma integrada, fugindo do caráter reducionista na interpretação dos fatos e dados científicos oferecidos por ela.

## **Pluralidade:**

Vivenciar este novo paradigma, promovendo a igualdade religiosa, em defesa do Estado laico e pelos ideais de fraternidade universal numa perspectiva da territorialidade das religiões. A pesquisa busca o diálogo entre os diversos tipos de conhecimento, une as diferenças no seu processo de construção e pressupõe a utilização das diversas linguagens. Entre as linguagens, destaca os grupos de jovens como forma de facilitar a participação do aluno na vivência desta pesquisa.

Os encontros de jovens são meios didáticos importantes para a captação que incorpora a epistemologia da complexidade, porque permite a percepção do outro com sua instabilidade e identidade própria e, ao mesmo tempo, a percepção da distribuição universal das realidades geográficas que se expressam nos diversos acontecimentos sociais e históricos. Ainda segundo Rosália Maria Duarte (2002),

*Entretanto, a mesma autora ressalta que para que a atividade seja produtiva é preciso planejar com os profissionais da educação antes de promovê-los, recolher informações sobre outros teóricos do mesmo gênero e elaborar um roteiro de discussão que coloque em evidência os elementos para os quais se deseja chamar a atenção.*

Tratando-se da “ diversidade cultural”, a escola é a sua grande expressão e manifestação, pois é nesse espaço que o indivíduo aprende a conviver com as diferenças, seja de classe social, cultural, gênero ou religião. A religiosidade manifesta-se de múltipla maneiras. Tem-se de um lado as diferentes religiões praticadas pela população e de outro, pessoas que não professam uma religião. O artigo 33 da LDB 9475/97 ao assegurar o respeito a diversidade cultural e religiosa na educação brasileira atende as políticas públicas de inclusão da diversidade a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, publicada pelas Nações Unidas em 1990, que destacou a responsabilidade da educação no respeito à herança cultural de determinada sociedade. No Brasil é possível verificar tais políticas da Constituição brasileira de 1988, a lei 9394 de 1996, o plano nacional de educação brasileira a partir de 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica de 2010, entre outros.

Entretanto, o que se constata na prática referente a essa temática de inclusão e respeito à herança cultural, a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, Plataforma DHESCA<sup>1</sup>, em missões de investigação realizadas entre 2010 e 2011, constatou graves situações de violação aos direitos humanos decorrentes da intolerância nas escolas públicas brasileiras, que tem como principais vítimas adeptos e adeptas de religiosidades de matriz afro-brasileira. Para a DHESCA, as políticas de inserção só irá configurar se com a efetivação das leis, conforme relata:

*As estratégias de enfrentamento do problema passam necessariamente pela implementação efetiva da LDB alterada pela lei número 10.639 e pelo desenvolvimento de um regime de proteção à liberdade religiosa e à laicidade na educação pública.<sup>2</sup>*

A Instituição Internacional Iniciativa das Nações Unidas afirma que não haverá paz até que todos os grupos e comunidades reconheçam a diversidade de culturas e de religiões em um espírito de respeito mútuo e de compreensão.<sup>3</sup>

Dessa forma, o artigo 33 da Lei em questão, ao vedar todas as formas de proselitismo, acrescenta na identidade da matriz curricular a contribuição para uma escola democrática e inclusiva. Reconhece a pluralidade cultural do qual o espaço escolar é formado e orienta para o respeito a essa diversidade, levando em consideração a promoção de alguns valores esperados por uma sociedade que zela pela convivência harmoniosa dos seus integrantes. Para Sérgio Rogério Junqueira, religião é uma atividade humana de fórum íntimo e destaca que:

*Por mais de um século, as autoridades eclesiásticas travam uma árdua batalha, para que fosse inserido e mentido o espaço para a formação religiosa nas escolas (...) É inadmissível e inviável que uma ou várias tradições religiosas utilizem a escola para formar os seus fiéis<sup>4</sup>*

---

<sup>1</sup> Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e ambientais.

<sup>2</sup> <http://www.acaoeducativa.org.br>

<sup>3</sup> CARNIATO, Maria Inês. Uma árvore à luz do sol. In: revista Diálogo n° 41, Paulinas, 2006

<sup>4</sup> JUNQUEIRA, - 2002, P.47

A intenção, exposta por Junqueira, trata da manutenção de um monopólio religioso de instituições ou de até mesmo de tradições religiosas, usando como canal a escola.

Tal postura ameaça o processo de democratização e compromete a educação na futuridade<sup>5</sup> e na integralidade da pessoa cuja capacidade é de reescrever as relações

entre ciência e religião sem hierarquiza-las ou distingui-las. Um outro agravante exposto por Junqueira, além da convivência com a manutenção de ideologias e expressões do poder eclesial no espaço público é ignorar o direito de ser outro. Como espaço laico, responsável por assegurar o respeito.

A diversidade cultural religiosa, está pautada nas ações escolares que proporcionam “ um conjunto de práticas que favoreçam aos alunos formação sócio cultural crítica, capaz de lhes promover competência e dignidade na sociedade.”<sup>6</sup>

Além das ideologias doutrinárias, caracterizadas como proselitismo, um outro desafio pertinente, assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa é o princípio da liberdade democrática constitucional. Os cidadãos são livres e iguais, porém divergem de maneiras irreconciliável ente si; são seres com convicções profundas. Nesse sentido, nos deparamos com que Rawls chama de Doutrinas abrangentes. A validade das leis e das normas é estabelecida em um procedimento argumentativo que, por sua vez, acarreta o problema de delimitar as fronteiras entre o público e o não público, o religioso e o laico.

*Os cidadãos percebem que não podem chegar a um acordo ou mesmo aproximar-se da compreensão mútua com base nas doutrinas abrangentes irreconciliáveis. Em vista disso, precisam considerar que tipos de razões podem oferecer razoavelmente um ao outro quando estão em jogo perguntas políticas fundamentais.<sup>7</sup>*

---

<sup>5</sup> GADOTI, Moacir in: Novas Perspectivas para a educação no Século XXI. A Praxis transformadora e a futuridade histórica.

<sup>6</sup> JUNQUEIRA, 2002, p.52.

<sup>7</sup> RAWLS, J. “ A ideia da razão pública revista”. In: O direito dos povos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Para Rawls, o ser humano deve abrir mão de pretensões de verdades ao formular justificativas na esfera pública. A sala de aula é parte do público. Assim como na sociedade atual, a escola é composta por vasto número de doutrinas abrangentes originárias de diferentes fontes e valores, constituindo, segundo Rawls, o “fato pluralismo, marcado pelo conflito entre as doutrinas abrangentes”.<sup>8</sup>

Ao assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa, o artigo 33 da LDB 9475/97, reconhece o espaço público como laico e democrático. Nesse sentido, as doutrinas abrangentes passam a ser uma questão de cosmovisão, não se diz respeito somente à prática religiosa dentro da escola, mas um problema de educação. O foco formador do referido artigo é possibilitar o ensino de atitudes democráticas, ensinar a viver em sociedades plurais de modo tolerante e respeitoso para com as doutrinas abrangentes distintas das próprias (seja dos discentes, seja dos docentes). Trata-se, então, não só de ministrar conteúdos adequados mas, e principalmente, do ensino e aprendizado atitudinais, com vista a concretizar o ideal de formação integral da pessoa.

De acordo com o político italiano Antônio Gramsci, o Estado não deveria ser visto apenas como governo. Ele faz uma divisão de estado em sociedade política e sociedade civil, vista como um organismo não-estatal ou privado conotado com o consentimento. Para Nildo Viana<sup>9</sup>, a sociedade civil organizada é uma mediação burocrática entre sociedade civil e estado.

No Brasil, a sociedade civil é qualificada pela lei número 9790, de março de 1999. Regulamentada pelo Decreto número 3.100 de 30/06/1999.

Artigo 1º; Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de interesse público as pessoas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta lei.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> RAWLS, 2001, p.174.

<sup>9</sup> Sociólogo e Filósofo brasileiro. Graduado em Ciências Sociais, mestre em sociologia e filosofia.

<sup>10</sup> lei nº9790, de 23 de março de 1999, Diário do senado federal 31/10/2007.

A nova redação do artigo 33 da lei 9475/97 abre espaço para a sociedade civil representada pelas denominações religiosas, uma vez constituída em “entidade civil”, ou seja, com personalidade jurídica.

Assim pontua Anísia Figueiredo, se referindo à participação de entidade civil em parceria com os sistemas de ensino na definição dos conteúdos de origem religiosa.

A atual LDB, por sua natureza, deixa para traz o princípio da soberania para dar lugar ao da autonomia, incluindo o incentivo à participação da sociedade (...) em todo q qualquer projeto político pedagógico que envolva a escola como local privilegiado de educação.<sup>11</sup>

A referida lei não esclarece o que se pode entender por “denominação religiosa”. Considerando as diversificadas tendências religiosas, filosóficas e culturais que compõe o pluralismo religioso no Brasil. Por ser um país aberto e republicano e pelo fato da lei não deixar claro o termo “denominação religiosa”, não exclui nenhuma delas, seja institucionalizada ou não.

O debate sobre a pluralidade religiosa pode ser considerado polêmico e amplo, com posições antagônicas. O principal tema seria em um ambiente escolar público a problemática do laicismo do Estado, isto é, a concepção de que, embora não sejam pró-ateístas ou antirreligiosos, os órgãos públicos devem ser neutros em questões de consciência e liberdade religiosa. Nesse sentido, as práticas plurais em religião idealizaria um conhecimento que abrangesse a liberdade religiosa.

### **Identidade:**

Neste sentido, para Zygmunt Bauman, identidade não é algo que cria. Em sua concepção, a sociedade flui naturalmente, nada é completamente novo e nem com completamente descartado, Sua constituição é um conjunto de elementos anteriores e presentes.

---

<sup>11</sup> FIGUEIREDO. Anísia. In: <http://www.gpre.com.br/?sec=art25>.



Nunca completo. Altamente passiva à agregações de novos elementos que contribuem para a montagem. Infinitamente interminável. Sobre esse aspecto, o estudioso polonês utiliza-se da metáfora do jogo comprado em uma loja de brinquedos, o quebra cabeça da identidade só pode ser compreendido se entendido como incompleto, “ ao qual faltem muitas peças (e jamais se saberá quantas)”.<sup>12</sup>

Para Bauman, enquanto um quebra-cabeça comum pressupõe uma imagem final, onde a criança tem apenas o trabalho de unir as peças que também foram elaboradas de acordo com essa imagem fim, na identidade, o sujeito precisa unir peças de várias imagens diferentes, por vezes conflitantes, e nunca possuirá um resultado único e coeso. Outra grande diferença entre o brinquedo e a construção identitária é que, no primeiro, todas as peças do jogo estão presentes, não há lacuna, nada está sobrando, tudo já está preestabelecido, se algo faltar, a criança volta à loja e devolve o brinquedo, usando o argumento de que ele está faltando incompleto e , por isso, não serve para brincar, Enquanto no jogo é “ direcionada para o objetivo” ( montar uma imagem pronta), no caso da identidade, o “trabalho é direcionado para os meios”.<sup>13</sup>

A construção da identidade é sempre um projeto incompleto. Todavia nos chama a atenção para o contexto em que vivemos hoje, em que as mudanças acontecem de modo visivelmente transitório, uma identidade fixa e bem definida não parece ser muito atrativa, e, talvez, nem real. Quanto a essa ideia, Bauman se posiciona:

O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para imediata obsolescência. Em um mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa (...)

E desse modo a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la e ser demasiadamente firme e aderir depressa demais ao corpo. (...) O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> BAUMAN, Zigmunt, Identidade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005 P.54.

<sup>13</sup> BAUMAN, Zigmunt, 2005 P.55.

<sup>14</sup> BAUMAN, Zigmunt, 2005 P.55.

Nesse sentido, compreender a pluralidade religiosa dentro do espaço público educacional na forma como é estabelecido pela legislação é buscar nos elementos históricos e no contexto em ele se encontra o seu entendimento, mas também, atentar-se ao mecanismos de mudança pelas quais a sociedade passa frequentemente, descartando valores e adotando formas de sobrevivência e relacionamentos.

#### **Referências:**

- AÇÃO EDUCATIVA, Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br>
- BAUMAN, Zigmunt, Identidade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005 P.54.
- CARNIATO, Maria Inês. Uma árvore à luz do sol. In: revista Diálogo nº 41, Paulinas, 2006
- Diário do Senado Federal lei nº9790, de 23 de março de 1999, 31/10/2007.
- DUARTE, R.; Ciência & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. – 2. ed. p. 85.
- GADOTI, Moacir in: Novas Perspectivas para a educação no Século XXI. A Praxis transformadora e a futuridade histórica.
- JUNQUEIRA, S. O processo de escolarização do Ensino Religioso. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, d. Josineide. O sagrado como semeador de estratégias do viver. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 2012.
- <sup>7</sup> RAWLS, J. “ A ideia da razão pública revista”. In: O direito dos povos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Milton. A Urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- \_\_\_\_\_. A cidade e o urbano como espaço-tempo. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 1993.
- SAQUETTO, Diemerson. *A invenção do pastor político. Imaginário de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2007.